

Artigo recebido em:  
17.07.2019  
Aprovado em:  
07.05.2020

Elaine Schmitt

Mestre em jornalismo pela Universidade Estadual de Ponta Grossa e doutoranda do Programa Interdisciplinar em Ciências Humanas, pela Universidade Federal de Santa Catarina.

E-mail: elaine.schmitt@gmail.com

# O discurso religioso da imprensa do interior em tempos de ditadura

Elaine Schmitt

## Resumo

Este artigo dedica-se à análise discursiva, de linha francesa (PÊCHEUX, 2008; ORLANDI, 2010), da produção textual construída pela imprensa de Porto União (SC) e União da Vitória (PR) no primeiro ano da ditadura militar brasileira. A escolha por trabalhar com ambos os jornais, *O Comércio e Caiçara*, deve-se por estes constituírem o jornalismo escrito da região durante o período, além de entrecruzarem-se e, em certa medida, apresentarem as mesmas formações discursivas. Pretende-se, portanto, refletir sobre os discursos que giram em torno da categoria “religião” a partir, também, de uma perspectiva histórica que leva em conta a construção de acontecimentos na memória social (SAID, 2014). Os resultados apontam para representações já cristalizadas na história social do Brasil, com a utilização de palavras que reativam memórias e anseiam por um mundo onde a crença religiosa é entendida como a salvação necessária.

**Palavras-chave:** História da imprensa. Discurso religioso. Ditadura militar.

## The religious discourse of local press during dictatorship

### Abstract

This article is devoted to the discursive analysis, by the French line (PÊCHEUX, 2008; ORLANDI, 2010), of the textual production constructed by press of Porto União, Santa Catarina, and União da Vitória, Paraná, in the first year of the brazilian military dictatorship. The choice to work with both newspapers, *O Comércio* and *Caiçara*, is because they constitute the local press during the period, in addition to being intertwined and, to some extent, presenting the same discursive formations. It is intended, therefore, to reflect on the discourses that circle around the category "religion", also, from a historical perspective that include the construction of events in the social memory, (SAID, 2014). The results point to representations already crystallized in the social history of Brazil, with the use of words that reactivate memories and yearn for a world where religious belief is understood as a necessary salvation.

**Key words:** History of press. Religious discourse. Military dictatorship.

<sup>1</sup>O jornal O Comércio foi fundado no dia 11 de junho de 1931, por Hermínio Milis, na cidade de Porto União. Em 1964, encontrava-se sob a administração de Ari Milis. Com produção semanal e tamanho standard, sua assinatura anual custava Cr\$1.500,00 ou Cr\$30,00 a unidade.

<sup>2</sup>Com surgimento em agosto de 1953, este jornal de formato tabloide foi fundado por Maria da Luz Augusto, (SCHMITT; WOITOWICZ, 2019). Era editado em União da Vitória e sua desconhecida distribuição exata girava em torno de 1500 exemplares semanais. A assinatura anual custava Cr\$1.500,00, enquanto a unidade saía por Cr\$25,00.

Lançando olhar para os rastros de um passado histórico, o objetivo desse artigo compreende a produção, principalmente simbólica, dos jornais *O Comércio*<sup>1</sup> e *Caiçara*<sup>2</sup>, durante o ano de 1964. Refletir sobre o campo da historiografia aliada ao jornalismo possibilita, nesse sentido, uma compreensão ampliada sobre as possibilidades desses dois campos de conhecimento que, juntos, podem aprimorar os estudos tanto de uma quanto de outra área.

Em simultâneo, a leitura histórica (SAID, 2014) surge como ferramenta notável, que revela maneiras como uma cadeia de acontecimentos se apropria e se apodera de seus vestígios. Esse processo ganha destaque pela formação da "trama discursiva" que, de acordo com Said (2014), faz a associação de tais acontecimentos podendo somente ser percebida nas narrativas referentes à pessoa, tempo, espaço, e em como elas estão articuladas às condições de produção dos acontecimentos discursivos. Embasada por essa lógica, foram escolhidos para a presente análise discursiva dois jornais impressos, que constituíam a imprensa existente em União da Vitória e Porto União durante o período de recorte proposto. As cidades em questão, vizinhas, pertencem, cada uma e na ordem, ao Estado do Paraná e de Santa Catarina e apresentam frequentes formações discursivas no que diz respeito à religião em relação ao recente cenário de golpe civil militar.

É preciso, no entanto, apontar aspectos importantes para situar a problemática do anticomunismo como um dos eixos que sustentaram a realização deste golpe no Brasil e em outros países da América Latina – como o contexto internacional dos anos 1960, que teve a Guerra Fria como principal protagonista para o combate ao comunismo –, bem como dos desdobramentos no contexto político brasileiro, que levou à deposição do governo de João Goulart e à permanência de consecutivos presidentes militares, durante 21 anos. Tais eventos, constituem narrativas ativas e constantemente atualizadas na memória discursiva nacional, fato que também justifica a necessidade de reflexão social e acadêmica do assunto.

A nova ascensão dos ideais comunistas durante a década de 1960 despertou na população brasileira sentimentos diversos e muitas vezes opostos em relação à ameaça de avanço do sistema no país. Com isso, muitos foram impelidos a refletir e avaliar o cenário político nacional, que começava a sofrer alterações, para tomar uma posição. De um lado haviam defensores, que encaravam as mudanças legislativas e de governo como um evento revolucionário para a humanidade; e do outro lado estiveram os detratores, que conceberam as transformações como um grande desmantelamento social, que faria emergir caos e pânico político. A escolha por um determinado posicionamento foi, neste momento, constituída dentro da esfera pública, a partir da interação e influência com o cenário social.

A mídia, nesse sentido, também esteve fragmentada. E se por um lado influenciou e sobrepujou a ascensão dos anseios ditatoriais, também acabou por sofrer sua influência. Seja pela preocupação com o próprio desenvolvimento econômico, vendo-se recém-saída de intensas renovações tecnológicas (DE LUCA, 2011), ou pela experiência com a censura brutal que estava sendo rapidamente imposta dentro das redações (KUSHNIR, 2004), o jornalismo brasileiro viveu transformações e viu-se obrigado a adaptar seu modo de produção ao sistema vigente. Dentre os caminhos possíveis, houve quem, nitidamente, se beneficiasse e compartilhasse dos ideais em ascensão, mas, na contramão, houveram efetivas provas de ousadia e resistência à realidade, como bem fez a conhecida imprensa nanica (KUCINSKI, 1991).

Pelo potencial papel de formadora de opinião, a imprensa do período tornou-se peça chave para a construção social dessa realidade e do imaginário brasileiro que, apesar das restritas experiências alternativas, esteve fortemente pautada por ideias nacionalistas e anticomunistas. Segundo Sá Motta (2000, p. 14), a intensidade e a maneira utilizada pelos jornais para tratar o anticomunismo causou impactos consideráveis sobre a sociedade e seu pensamento: “[...] em algumas conjunturas os órgãos de imprensa exerceram enorme influência na propagação das representações anticomunistas, secundando e às vezes se antecipando ao Estado nas campanhas de

repressão aos comunistas”. Nesse momento, os valores religiosos de corrente cristã se constituíram na base principal da mobilização anticomunista, estando muito presentes nas publicações da grande imprensa, bem como na do interior. É esta temática que orienta a análise deste artigo, que busca explorar formações discursivas que tinham como principal conteúdo o discurso religioso.

## Desenho metodológico

Para este estudo, foi realizado um recorte que contempla 135 materiais coletados do jornal *O Comércio* e 41 do jornal *Caiçara*. Entre eles, crônicas, propagandas, notícias locais, textos de cunho poético, entre outros, que fizeram referência ao cenário político brasileiro da época. A partir de então, os *press releases* enviados aos jornais por agências de notícias foram descartados, dada a preferência em verificar o discurso produzido pelos próprios jornais e não a reprodução que faziam de outros veículos<sup>3</sup>.

Outro aspecto comum aos dois jornais escolhidos é a grande quantidade de produções provenientes de colaborações. Apesar de existirem produções jornalísticas que se enquadram como notícia, a frequência desta categoria é esparsa para constituir, sozinha, o quadro de análises. Dessa forma, foram exploradas as contribuições feitas aos jornais por colaboradores, diretores e comentaristas no formato de colunas, textos opinativos e poemas sobre o assunto em questão. Com isso, é possível tomar conhecimento do conteúdo que constituiu as páginas da imprensa de Porto União e União da Vitória em 1964, bem como desvelar os sentidos que estas produções produziram, potencialmente, na localidade.

A Análise de Discurso de linha francesa, interessada nas “coisas-a-saber” e sempre tomadas em redes de memória, dando lugar a filiações identificadoras e não a aprendizagens por interação, se apresenta neste momento como uma importante ferramenta metodológica para o estudo de processos construtivos, uma vez que “a transferência não é uma ‘interação’, e as filiações históricas nas quais se inscrevem os indivíduos não são ‘máquinas de aprender’” (PÊCHEUX, 2008, p. 54).

Na tentativa de compreender os sentidos derivados da língua, enquanto trabalho simbólico, Orlandi (2010) reconhece a AD como parte do trabalho social, constitutivo da humanidade e da sua história, pois a linguagem emprega relações de sujeitos e sentidos, propondo efeitos múltiplos e variados. Esses efeitos, produzidos em determinadas condições, fazem-se presentes, de alguma maneira, no modo como se diz.

Ao reconhecer os diversos fatores que influenciam os sentidos de um discurso, o analista precisa, portanto, dominar não apenas o conhecimento localizado em certo espaço temporal, e datado, mas buscar suas relações na história para trazer à tona, pela decodificação do enunciado, certos significados. O interesse pelas condições de produção em que foram constituídos os discursos, por exemplo, corresponde a um desses fatores e aponta para o que Orlandi (2010, p.39) chama de relação de sentidos. Segundo afirmação, não há discurso que não se relacione com outros. Ou seja, todo “discurso é visto como um estado de um processo discursivo mais amplo, contínuo”, (ORLANDI, 2012, p.29).

Mas para além das condições de produção, é preciso remeter o discurso a uma formação discursiva para compreender o sentido do que ali está dito. Quer dizer, aquilo que é dado ideologicamente, pois é por meio da ideologia que as evidências são produzidas, principalmente ao relacionar o ambiente imaginário dos sujeitos com as condições naturais de sua existência. Fazer esta relação entre linguagem e mundo importa, pois: “linguagem e mundo se refletem no sentido de refração, do efeito imaginário de um sobre o outro”, (ORLANDI, 2010, p.47). Materialmente, a ideologia vincular-se-ia ao inconsciente, uma vez que o discurso produz sentido determinado pelo sujeito e pela história. A interpretação, nesse processo, ajuda o analista a perceber os traços dessa relação entre língua e exterioridade.

Ao falar-se em discurso é preciso, conjuntamente, considerar a influência histórica que o constitui, visto que os discursos movem-se com as transformações sociais e políticas que integram a vida humana. Assim, a língua materializada ganha

<sup>3</sup>Quanto à produção do jornal *O Comércio*, dos 92 recortes de notícias que fazem referência ao golpe, apenas 24 são produções de repórteres ou colaboradores da região, sendo 68 *press releases* que chegavam de diversos outros locais. Diferentemente, o jornal *Caiçara* não exercia esta prática.

forma “linguístico-histórica” e coloca o discurso como objeto passivo de uma análise que evidencia sentidos. Este lugar histórico-social no qual os sujeitos discursivos se encontram, produzindo determinadas formações discursivas, envolve contextos e situações que intervêm a título de condições de produção. Recorrer à história, também relacionada à tríade que orienta os estudos da Análise do Discurso, contribui para evidenciar processos socioideológicos que integram os diferentes discursos, onde se revelam conflitos decorrentes de diferentes espaços de enunciação e de lugares, assumidos por grupos tão matizados que compõem a organização social.

A mudança de sujeitos em cena, ou de suas transformações na linha do tempo, implica, ainda, mudanças no espaço social que geram diferentes vozes ideológicas e constroem diferentes rumos na história. Segundo Fernandes (2008), o retorno aos aparatos teóricos fora do campo linguístico, como a materialidade histórica, é previsto pela Análise do Discurso, pois, ao fechar-se em um estudo somente linguístico, o analista deixaria escapar explicações que o ajudam a compreender o funcionamento do discurso em seu interior:

*[...] a transdisciplinaridade constitutiva da Análise de Discurso deve-se a problemas encontrados no seio da linguagem. Trata-se, por um lado, de questões de linguagem que não encontram em outros campos da Linguística possibilidades de interpretação, cujas explicações remetem-nos às teorias do materialismo histórico [...]; e por outro lado, de uma possibilidade de leitura e interpretação de toda e qualquer materialidade lingüística, tendo em vista a natureza essencialmente ideológica do signo, que nega a imanência do significado e aponta uma possível crise da lingüística imanente [...]* (FERNANDES, 2008, p. 60).

Considerar a necessidade de uma abertura interdisciplinar nos estudos discursivos, torna a noção de história fundamental, pois revela como a fala dos sujeitos apresenta-se como um recorte das representações de um tempo histórico e de um espaço social, que, além de constituir-se em relação aos discursos do outro, envolve discursos historicamente demarcados.

Assim, o sentido vale-se, também, como algo produzido historicamente, que tem efeito entre locutores posicionados em perspectivas distintas. A noção da memória discursiva ganha espaço paralelamente, pois contribui para explicitar as relações dadas em uma formação discursiva, que se move no tempo:

*A noção de memória discursiva, portanto, separa e elege dentre os elementos constituídos numa determinada contingência histórica, aquilo que, numa outra conjuntura dada, pode emergir e ser atualizado, rejeitando o que não deve ser trazido à tona. Exercendo, dessa forma, uma função ambígua na medida em que recupera o passado e, ao mesmo tempo, o elimina com os pagamentos que opera, a memória irrompe na atualidade do acontecimento, produzindo determinados efeitos [...]* (BRANDÃO, 2002, p. 79).

Os efeitos dessa memória, considerada como possibilidade de preenchimento da “superfície discursiva”, com elementos retomados do passado que são reutilizados, cria consistência no interior de uma rede de formulações. Deste modo, percebemos a repetição ou o apagamento do discurso. Conforme Foucault (2005), essa concepção emerge do fato de o enunciado ser um “acontecimento estranho”, primeiramente por estar ligado a uma articulação de palavras ao mesmo tempo em que abre para si mesmo uma existência remanescente no campo da memória ou da materialidade de qualquer forma de registro.

A partir de então, interessa saber quais formações discursivas estiveram presentes nas publicações da imprensa do interior brasileiro durante o ano de 1964.

### **Análise discursiva da religiosidade em tempos de ditadura**

Dentre as questões que norteavam o desgosto de religiosos com o comunismo, estava o questionamento que este impunha aos fundamentos básicos das instituições religiosas:

*O comunismo não se restringiria a um programa de revolução social e econômica. Ele se constituía numa filosofia, num sistema de crenças que concorria com a religião em termos de fornecer uma explicação para o mundo e uma escala de valores, ou seja, uma moral. A filosofia comunista se opunha aos postulados básicos do catolicismo: negava a existência de Deus e professava o materialismo ateu; propunha a luta de classes violenta em oposição ao amor e à caridade cristãs; pretendia substituir a moral cristã e destruir a instituição da família; defendia a igualdade absoluta contra as noções de hierarquia e ordem, embasadas em Deus. No limite, o sucesso da pregação comunista implicaria no desaparecimento da Igreja, que seria um dos objetivos dos líderes revolucionários. (SÁ MOTTA, 2000, p. 38-39).*

<sup>4</sup>Uma vertente que emerge na Igreja Católica depois do Concílio Vaticano II (1962-1965) e da Conferência de Medellín (1968), e teve como marco o livro de Gustavo Gutierrez "Teologia da Libertação", de 1971.

<sup>5</sup>Dom Aloísio Lorscheider: "Não podemos dissociar fé e política". Entrevista concedida à revista *Família Cristã* (transcrita, datilografada em folhas de sulfite sem numeração). Arquivo Edgard Leuenroth, JNA Pasta 340, desl. 1 mod 3B.

É importante ressaltar, no entanto, que a Igreja Católica não tinha uma visão homogênea do cenário político em questão. Nela estavam englobadas práticas diferentes entre si e que eram, muitas vezes, contraditórias. Além da divergência entre os comportamentos religiosos, estiveram, também, as diferentes visões políticas, mas que não constituem o foco central deste estudo.

No que diz respeito às concepções ideológicas do período, o comunismo era visto por muitos religiosos como reflexo da modernidade, que se desdobrou em erros cometidos durante a Renascença. Diante disto, a ação de comunistas significava a perpetuação de forças que visavam destruir a Reforma, movida também pelo desejo de extinguir a "verdadeira" Igreja, bem como a ordem social que era inspirada pelos seus ensinamentos (SÁ MOTTA, 2000, p. 36). Além do comunismo, muitos religiosos acreditavam haver, dentro da própria esfera cristã, manifestações que poderiam ameaçar a tradição da religião, como a Teologia da Libertação<sup>4</sup>. Porém, no período de 1964, que antecede o surgimento dessa tendência, o que se verifica é a existência de uma vertente social adotada, especialmente, pela Conferência Nacional de Bispos do Brasil, que se consolida com a abertura católica proporcionada pelo Vaticano II e a criação das Pastorais Sociais (COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE, 2014).

Assim, foram proferidas, durante o período ditatorial e em momentos que escapam ao recorte temporal desta análise, diversas falas sobre a imbricação entre política e religião, principalmente em materiais de divulgação específicos das Igrejas cristãs. Em entrevista dada à revista *Família Cristã*, por exemplo, Dom Aloísio Lorscheider, que foi Cardeal arcebispo de Fortaleza, em 1963, afirmou que não seria possível dissociar fé e vida, pois: "Política é vida, como economia é vida, como cultura é vida, como religião é vida. Não podemos dissociar fé e economia, fé e cultura, fé e religião, fé e política"<sup>5</sup>. Essa interligação, no entanto, fez surgir uma relação de subordinação política à moral cristã: "Analisando atentamente, percebemos que a grande tônica desse discurso político é o discurso religioso, e é a partir dos valores cristãos que essa política inseparável da vida é construída" (SOUZA, 2007, p. 5).

De volta à imprensa, foi comum a acolhida de articulistas ou pensamentos religiosos que expunham em textos noticiosos e opinativos pontos de vista críticos ao comunismo, muitas vezes relacionando-o ao diabo ou à maldade. Muitos discursos com esse tipo de conteúdo podem ser encontrados nas páginas dos jornais do interior aqui analisados, que demonstraram a utilização de uma lógica específica por parte dessas pequenas empresas tão fortemente influenciadas pela religião e por uma moral cristã, nas quais fundamentos e valores dogmáticos mesclaram-se às informações jornalísticas ali produzidas. Entre eles, o principal jornal a oferecer conteúdo com este teor foi *O Comércio*, que tinha vigorosa ligação com a doutrina espírita Kardecista, vertente que apresenta em sua base os ensinamentos cristãos.

Na publicação opinativa do jornal *O Comércio*, apresentada a seguir e escrita pela colaboradora Teodolina Bittencourt, vê-se o título "Com a deposição de Goulart o Brasil restabelece as liberdades democráticas". O trecho recortado para esta análise dá enfoque a um discurso religioso que torna perceptível a construção discursiva sobre um Brasil que, a partir do golpe de 31 de março de 1964 e por intervenção divina, livrou-se do comunismo, juntamente do totalitarismo e da escravidão:

<sup>6</sup>A transcrição do texto, assim como as futuras, seguem a ortografia brasileira da época e os eventuais erros de digitação do texto original.

*Deus realmente é brasileiro – confirmou-se esta notável máxima de espiritualidade – pois sem ser disparado um tipo sequer e nem ser derramado uma gota (sic)<sup>6</sup> de sangue, foi deposto um presidente, acertaram-se as divergências das classes armadas e consolidou-se um regime essencialmente democrático!*

*Que possamos sempre contar com o trabalho valioso de homens bem intencionados, e com a proteção de Deus, para que nossos filhos não tenham que sofrer os horrores de um regime totalitário, escravocrata, o que absolutamente não merece o nosso povo simples e cristão!*

*Deus é positivamente brasileiro! Entendamos esse significado em suma importância para servirmos de exemplo ao mundo, em suas graves decisões. (O COMÉRCIO, 5/4/1964).*

No início, o texto traz a afirmativa: “Deus realmente é brasileiro”. Com isso, o discurso relaciona a deposição do Presidente João Goulart a um acontecimento positivo que, de forma pacífica, e com ajuda de um “Deus”, teria garantido a “democracia” no país. Ao lado do discurso religioso, o nacionalismo de viés conservador serviu para enfatizar a necessidade de manter uma pátria de ordem, tradição e integridade contra forças que visavam o caos e a desordem. A nação, composta pelo povo “simples e cristão”, seria, portanto, merecedora de providência divina e objeto sagrado. Por outro lado, os comunistas representavam o rompimento de um costume tradicional, pois instigavam a divisão e a própria destruição do “corpo” nacional, à medida que insuflavam o ódio entre as classes.

Nesta próxima publicação, ideologia semelhante é convocada, agora com apelo ao sentido de “tradição”. Escrita com letra maiúscula, a palavra “tradição” surge a partir de um discurso anterior, do escritor Rui Barbosa, para, em seguida, ser significada como “Alma da Pátria”, o mesmo título da publicação:

*A Pátria, disse o nosso grande Rui Barbosa “É o Céu, o Solo, a Tradição, a Consciência, o Lar, o Berço dos Filhos e o Túmulo dos Antepassados, a Comunhão da Lei, da Língua e da Liberdade!” Tudo o que expressa o nosso Poliglota Brasileiro, resume-se ainda, a Tradição-Alma da Pátria por excelência. Portanto, é Ela, o ponto de apoio de um povo organizado e constituído em Nação. Logo, não poderia de maneira alguma, ser feliz um povo que, por força das idéias inconfessáveis de seus dirigentes, de um momento para outro, se visse, entregue, em regime estranho à sua Tradição à sua Constituição! É ainda do sábio brasileiro baiano, o que segue: “Os que servem a sua Pátria são os que não a infamam, os que não conspiram contra Ela, os que não sublevam, os que não desalentam, quando ameaçada, a sua Constituição, os que não emudecem, quando Ela manda reagir, e não se acobardam, quando é preciso lutar e resistir ensinamentos estranhos e subversivos, destruidores de suas sagradas Tradições. [...]*

*Teodolina Bittencourt (ex professora)  
(O COMÉRCIO, 6/04/1964).*

Veiculado em abril pelo jornal *O Comércio*, e escrito pela mesma colaboradora, o texto acima segue uma estrutura narrativa frequente, de polarização entre “comunistas” e “democratas”, “bem” e “mal”, “defensores e traidores” e “tradição” e “subversão”. Dessa forma, palavras negativas são, ao longo do ano de 1964, associadas aos sujeitos relacionados ao comunismo. Por outro lado, palavras como luta e resistência surgem para representar o sentimento dos “verdadeiros” patriotas.

Em “Justiça sem mescla”, publicação também veiculada no mês de abril, pelo jornal *O Comércio*, percebe-se a aparição de uma nova preocupação. A inquietação que motiva as produções é a ação violenta utilizada por muitos países como forma de punição, uma atitude que foge à moral religiosa:

*[...] Em nosso país, bem como nos demais países civilizados, quando as ideologias políticas chegam ao climax das exaltações, há punições aos reconhecidamente culpados, mas em: cassação de Direitos, Confiscação de Bens, deportação, etc. Porém, nunca com fuzilamentos, espartilhamentos (salvo em tempo de guerra, aos traidores da Pátria), como em certos países, ainda retardatários, na humanização dos sentimentos. Mesmo agora, com a situação em que atravessa o país, creio nos sentimentos cristãos e democráticos, de nosso povo, de nossa gente, daqueles que estão com os poderes governamentais, que saberão como sempre souberam, agir com moderação, com nobreza de alma (predicado essencial do brasileiro), fazer justiça, sem fuzilamentos, sem derramamento (como foi no passado), mas com moderação e justiça imparcial, sem a mescla de parcialismo...*

*Então o nosso Brasil querido será sempre: - “O Coração do Mundo, a Pátria do Evangelho”.  
Brasil, terra de heróis e heroínas,  
De um passado de glória e de valor,  
Vencer com maneiras, foi tua sina  
O agravo, apaina com bondade e amor!  
(O COMÉRCIO, 04/1964).*

O texto opinativo, sem assinatura, aborda a necessidade real em punir “traidores” e “culpados”, do mundo e do Brasil, sem o uso da violência. A afirmação aparece embasada por “valores cristãos”, “naturais” do povo brasileiro que deve reconhecer nos fundamentos religiosos os sentimentos de bondade e de amor como ferramentas para lutar por justiça. Com isso, qualidades humanas e projeções de uma vida digna são relacionadas à adoração religiosa, considerada como caminho de salvação e liberdade, condições que seriam extintas com o avanço comunista:

*[...] Lembremos que nós também temos um compromisso, o de defender a nossa liberdade!... Devemos lutar, mas não empunhando armas para defendermos o direito de ser livres. Lutaremos pedindo ao Alto, porque somente o Pai celestial pode-nos dar uma liberdade verdadeira. Muitos perguntarão: “A liberdade se consegue à força?” Responderemos de imediato – não, absolutamente, não! A liberdade não pode se firmar por intermédio da violência, pois a sua base está justamente no bem estar do povo, inferindo-se daí que este mesmo povo deve sujeitar-se às leis emanadas dos poderes constituídos. A concepção de que só a lei há de mandar nos homens, o respeito (mais do que o amor) da liberdade, a convicção, de que todos são iguais e precisam edificar maior igualdade. É isso o que falta aos povos. A liberdade além de tudo, enfeixa aos povos o direito de viver independentemente e governar-se a si mesmo, servindo de exemplo, ao mundo inteiro, daquilo que uma democracia pode ser e levar a efeito. Sim, dizemos de uma democracia, porque em regime como o da estrutura político-social da Rússia e países onde imperam a violência e o chicote, não há liberdade nem sequer de pensamento e o povo sofredor e oprimido, ali escravidão, tem que se submeter aos “chefões”, que não se importam com o bem estar dos outros.*

*[...]*

*Sérgio Roberto Milis  
(O COMÉRCIO, 05/1964).*

A ideia de liberdade, explorada acima, pela publicação do jornal *O Comércio*, em maio de 1964, pelo colaborador e herdeiro da folha, Sérgio Milis, é outra condição humana explorada com frequência pela imprensa e pelos discursos anticomunistas brasileiros para desvalorizar os ideais do regime comunista. A palavra que também foi utilizada para nomear a “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”, em outra publicação do mesmo jornal, serviu para construir uma realidade onde só haveria liberdade se não houvesse comunismo. Assim, ela ganha, também, sentido de “democracia”, outra palavra associada ao anticomunismo e aos valores cristãos do “real” povo brasileiro.

Ao lado de agradecimentos à divindade pelo retorno da “democracia” e afirmações que salientavam a existência da fé para a transposição de obstáculos, muitos pedidos foram feitos para que “dirigentes” tomassem boas decisões em relação ao seu povo. É possível perceber no texto abaixo, escrito pela colaboradora Teodolina Bittencourt no mês de maio para *O Comércio*, alguns conceitos derivados da doutrina espírita, como a compreensão de diversos planos de existência, “importante de nossa vida, na face deste planeta”; e do amor universal, “Amor Cristão”. Tais sentidos ajudam a elucidar o pensamento daqueles que tiveram voz ativa no periódico durante o momento histórico. “Clarividência aos Dirigentes dos Países!” revela, também, a influência que a doutrina espírita tinha nas produções do jornal, uma vez que seus colaboradores e diretores seguiam-na em suas vidas privadas:

*Que o Supremo Poder do Alto, conceda cada vez mais, aos homens do poder, mais clarividência, mais cristianização, que quer dizer: mais espiritualidade e desprendimento, do aferrado egoísmo secular, para que, a atual humanidade, se compenetre pouco a pouco, que seus direitos a usufruir, e que estes direitos criam também, deveres a cumprir.  
Que o choque das paixões exaltadas e violentas, a tempo, sejam iluminados, pela Luz da Razão*

*e do Amor Cristão, para que não tragam soluções desastrosas, por erros irreparáveis! Percebe-se muito bem, que os atuais dirigentes de povos, alguns, têm mais clareza em seus propósitos, procurando vencer as barreiras, para chegar a solução de seus problemas, nos diversos setores de sua ação. Tudo isso é obra da evolução constante dos costumes. Pois nada estaciona definitivamente.*

[...]

*Mas graças a Deus, já se vislumbra certo desprendimento nêsse setor importante de nossa vida, na face dêste planêta. Parece, que já se percebe, direita e esquerda, procuram entender-se. Se assim for, teremos melhores dias, por conseguintes melhores dirigentes de países. Creio que a Divina Providência está concedendo, mais clarividência, aos dirigentes dos países. Em nosso Brasil, já estamos sentindo melhora em todo o setor, Apesar das aparências ao contrário, aos ainda insatisfeitos. O desejo de Justiça, sem mágoa da perda de prestígio. Graças a Deus um pouco de desprendimento...*

*Teodolina Bittencourt*

*(O COMÉRCIO, 05/1964).*

Assim como os diversos movimentos anticomunistas que buscaram reunir a base religiosa e liberal da época, observa-se, nesse momento, o aparecimento de um caráter ecumênico nos discursos produzidos, que objetivou fortalecer o imaginário de que comunistas eram sujeitos maldosos. A ação dos comunistas seria responsável pelo possível desenvolvimento de diversos sofrimentos como fome, miséria e escravidão. Dessa forma, a *comunização* do Brasil levaria ao aumento de número de pecadores. O fato de questionar a moral cristã tradicional, com a defesa do divórcio, do amor livre e do aborto, também ajudou a conferir uma imagem negativa aos comunistas, muito explorada pelo discurso religioso (SÁ MOTTA, 2000).

Na publicação a seguir, produzida em julho e destacada na capa do jornal *Caiçara* com o título “Há muitos culpados e há muitos remédios!”, tais construções negativas continuam a ser empreendidas, agora no formato de uma lista, feita pelo bispo do Estado do Amapá, Dom Aristides Pirávano, que sugere hipóteses para os problemas que teriam culminado na propagação do comunismo no Brasil e as soluções para sua extinção:

*Como razões de infiltração do comunismo no Brasil, assinalou Dom Aristides Pirávano, bispo de Amapá, por ocasião da "Marcha da Família com Deus pela Liberdade", realizada em Macapá:*

- 1) - A culpa de políticos interesseiros e carreiristas;*
- 2) - A culpa dos mais abastados egoístas, sonegadores de salários;*
- 3) - A culpa dos pais que negligenciaram a educação dos filhos;*
- 4) - A culpa do próprio povo que não sabe escolher seus representantes, votando mal ou porque deixa levar por conversas, ou mesmo porque com o voto visa a proteção, a privilégios ou a manifestações de gratidão.*

*Propôs, finalmente, êstes remédios:*

- a) - Reforma individual: o Evangelho vivido é a primeira solução;*
- b) - Amor aos homens: somos todos filhos de Deus;*
- c) - Justiça social: a função social das riquezas;*
- d) - Trabalho e produção: povo que trabalha é ordeiro e próspero;*
- e) - Economia e previdência: fazer como a formiga que se prepara para o futuro;*
- f) - Viver conforme as posses: quem ganha 2 não pode gastar 4.*

*(CAIÇARA, 07/1964).*

Mesmo que não trate de uma produção própria, tampouco a publicação de um *press release*, a reprodução de determinados discursos, escolhidos entre diversos outros, revela o posicionamento político e a corrente ideológica à qual o periódico se interliga, uma vez que é constituído por sujeitos históricos e sociais, com pensamentos e ideologias que influenciam na mesma medida em que sofrem influência. Percebe-se, ainda, a utilização do discurso de uma figura que faz parte da hierarquia religiosa para dar significado a uma realidade. A voz de Dom Aristides Pirávano ganha sentido de autoridade ao ter seu discurso eleito como “solução” para os rumos da política e moralidade brasileira.

Somada à relevância dada a determinadas figuras nacionalmente públicas, como de Pirávano, foram poucas as pessoas a ganhar espaço para pronunciar análises

opinativas em ambos os jornais. Sem espaço destinado a leitores e leitoras, a escolha por trazer colaboradores vinculados a doutrinas religiosas demonstra a credibilidade concedida a estes sujeitos, bem como a aposta em suas capacidades intelectuais e morais para discutir os assuntos políticos que estavam em curso.

No trecho do texto a seguir, de setembro de 1964 do jornal *O Comércio*, o colaborador Jacondino Godinho explora a condição do trabalhador rural em tempos de crise nacional. Partindo da data comemorativa de Independência, 7 de Setembro, Godinho significa a “bondade divina” como caminho para uma civilização mais íntegra, pacífica e organizada. A partir de então, esse trabalhador rural, que é também “chefe de família”, é exposto como um sujeito que ostenta ordem e paz para poder seguir com seu trabalho:

*Esta gloriosa data de 7 de setembro de 1964, o Bom Deus, iluminando e amparando os nossos homens, para escalarmos pacificamente os degraus da civilização, com um Presidente respeitável e digno, depois de grande entusiasmo, vamos querer mais o Brasil e esquecermos o passado de lutas, para o bem geral, nesta hora de dificuldades, para termos Ordem e Paz e maior admiração, da nossa sociedade, o Brasil de amanhã, pelos nossos homens. O trabalhador rural, e dependemos da lavoura, quer ordem e paz para trabalhar, ao contrário das concentrações das populações nas grandes cidades, provocando crises tremendas, alimentares, políticas e sociais. E os trabalhos variados e atraentes da vida da campanha superlotando as inclemências da natureza, conserva o vigor e a saúde de espírito, formando populações resistentes à fadiga, com o Chefe da família presidindo o trabalho, dirigindo ocupações que executamos em comum e reforçando as afeições familiares pela comunidade dos cuidados coletivos.*  
[...] Pôrto União, 1º de setembro de 1964. Jocondino Godinho (*O COMÉRCIO*, 13/9/1964).

E apesar das constantes publicações com formações discursivas semelhantes, vale apontar que muitos jornais, tanto da grande imprensa quanto do interior, modificaram seu modo de ver e falar sobre o golpe durante o período em que ela esteve em rigor. Os Atos Institucionais, as crises econômicas e o endurecimento no tratamento contra aqueles que resistiam ao ideal “revolucionário” dos militares, também serviu para trazer desconfiância e certa rejeição às novas lideranças. Mudanças na construção discursiva dos periódicos podem ser observadas ainda no primeiro ano da ditadura militar, quando parte da população percebe que as promessas que haviam sido feitas pelo novo regime não se cumpriram nem foram suficientes para corrigir velhos problemas e passando, inclusive, a gerar novas adversidades.

O editorial escrito pelo diretor do jornal *O Comércio*, Arí Milis, na última edição de 1964, que foi publicada em 25 de dezembro, apresentou pela primeira vez uma outra compreensão sobre os rumos da política brasileira. Ao trazer na capa um discurso de desabafo sobre o aumento da violência e da injustiça social, Milis figura uma esperança, embasada na moral cristã, de que o próximo ano, de 1965, seria melhor:

*Nesta era atomizada, quando tudo caminha "balisticamente", ainda existe um vácuo tremendo sobre a civilização hodierna, no que respeita a compreensão e a fraternidade, que se desenrolam triste e vagarosamente.*

*Governantes assumem os poderes; governados esperam sempre boas novas; o Povo continua à cata de bálsamos para as suas dores, seus desespêros e desilusões e fica aguardando por dias melhores que, infelizmente, só chegam para os portentosos, para os que se põem nos cargos comandos, usufruindo de tôdas as regalias, em flagrante detrimento do bem estar comum.*

*Não existe, por parte dos governantes, aquela solenidade pregada e exemplificada pelo MEIGO JESUS; não existem infelizmente, aquela compreensão fraterna exteriorizada pelo CORDEIRO DIVINO que teve, para tristeza nossa, a sua dolorosa crucificação entre os bárbaros daquela época, os quais ainda existem em dose acentuada, nos dias presentes.*

*[...] E o que vemos então é uma humanidade inteira a se arrastar penosamente, no anseio de um reencontro com JESUS, porque, salvo raríssimas exceções, o mundo está governado por dirigentes que, egoisticamente, lançaram mão no poder de detrimento da liberdade e felicidade da plebe.*

*Ante esta dura realidade, preza aos céus que, na imensa Pátria do "Cruzeiro do Sul" os nossos governantes despertem mais cêdo, combatendo a corrupção e alijando da pública administração os vícios e os erros, para que possamos afirmar que DEUS é brasileiro, e que o Brasil ainda*

*será, em futuro não muito distante, o "Coração do Mundo, e a Pátria do Evangelho", como tributo legítimo para um povo essencialmente cristão.*

*Seja 1965 – são os nossos votos ardentes – um ano mais feliz para a grande família brasileira! Ari Milis (O COMÉRCIO, 25/12/1964).*

Em um contexto de corrupção e ganância, o autor do editorial recorda a passagem de crucificação sofrida por Jesus Cristo como exemplo de doação por um “bem maior” e pelo “amor universal”. Com isso, Milis evoca o desejo de que os governantes do Brasil “despertem” para o combate de “vícios de erros” que são cometidos atualmente. O pedido, escrito no final do ano de 1964, momento em que o golpe já havia sido instaurado, revela descontentamento dentro do novo sistema, ao clamar por intervenção divina para tornar o país, futuramente, a “Pátria do Evangelho”.

Do ponto de vista discursivo, social e cultural, segue intrigante verificar como o pensamento religioso, apesar da mudança de opinião em relação aos rumos tomados pela ditadura militar brasileira, permanece presente nas páginas do jornal, que não deixa de apostar sua esperança em mudanças políticas por meio da intervenção divina.

### Considerações finais

Buscando correlacionar o conflito social brasileiro de crise econômica e início do golpe civil militar à falta de participação religiosa e conduta cristã de grande parte dos brasileiros e brasileiras, o pensamento religioso mostrou-se um dos pilares do discurso anticomunista produzida pela imprensa em 1964. Dessa forma, construções encontradas na grande e conservadora imprensa também estiveram presentes no interior, conforme demonstrou a análise discursiva proposta. Com maior participação do jornal *O Comércio*, vimos a reiteração sobre um mundo ideal, onde a crença religiosa compreendia a salvação necessária para o país e para o mundo. Seria por meio dela que políticos brasileiros, bem como toda a sociedade civil, encontrariam os valores necessários para combater o comunismo, sempre associado ao mal, e retorno à normalidade cristã.

Diante das análises realizadas, considera-se que as representações discursivas edificadas em torno da política e religião, pela imprensa de Porto União e União da Vitória de 1964, provêm de determinadas matrizes e formações discursivas que foram cristalizadas ao longo da história social do Brasil, com a utilização de palavras nucleares que reativaram memórias repletas de significados. Nesse sentido, a pesquisa histórica serviu como elemento importante para localizar, no tempo e no espaço, uma produção jornalística específica que é cheia de nuances a serem, ainda, exploradas.

Entender a influência que estas produções tiveram na consolidação do imaginário social brasileiro, a partir do pensamento religioso, revelou operações lógicas utilizadas pelo jornalismo do interior brasileiro que, ainda que restrito à uma pequena propagação geográfica, remetem à parâmetros da produção jornalística, como da defesa da veracidade e da regularidade de circulação de discursos. Nitidamente interligados e interessados, tais jornais publicaram registros que partem de uma gama de fatores ideológicos, valendo-se como produtora da “verdade” em uma comunidade que, potencialmente, legitimou seu ponto de vista.

E se somos sobressaltados ao verificar a grande quantidade de construções discursivas que associavam melhorias econômicas, políticas e sociais ao pensamento religioso, em um evento histórico de mais de 50 anos, talvez tenhamos que dedicar ainda mais atenção ao debate para compreender como chegamos ao ano de 2018 com a eleição de um Presidente da República que ovaciona torturadores em público e remete a “Deus” seu slogan de campanha política, em uma explícita aliança com igrejas e emissora de cunho evangélico. Talvez os discursos acionados em 1964 tenham não somente influenciado a memória sobre o período ditatorial, mas retornado com forças e estratégias outras, que demandam urgente observação e estudo.

## Referências bibliográficas

BRANDÃO, Helena H. **Introdução à Análise do Discurso**. Unicamp, São Paulo: 2002.

BRASIL. **Comissão Nacional da Verdade**. Brasília: CNV, 2014. V.2 Texto 4.

DE LUCA, Tânia Regina. “A grande imprensa na primeira metade do século XX”. *In*: MARTINS, Ana Luiza; DE LUCCA, Tânia Regina. **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2011. p. 149-175.

FERNANDES, Claudemir A. **Análise do Discurso: Reflexões Introdutórias**. Claraluz, São Paulo: 2008.

FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do Saber**. Forense Universitária, 7 ed. Rio de Janeiro: 2005.

KUSHNIR, Beatriz. **Cães de Guarda: Jornalistas e Censores, do AI-5 à constituição de 1988**. Boitempo: FAPESP, São Paulo: 2004.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e revolucionários**. São Paulo: Página Aberta, 1991.

ORLANDI, Eni P. **Análise de discurso**. Pontes. São Paulo: 2010.

ORLANDI, Eni P. **As formas do silêncio no movimento dos sentidos**. Editora da UNICAMP, Campinas: 1992.

PÊCHEUX, Michel. **O Discurso**. Estrutura ou acontecimento. Pontes. São Paulo: 2008.

SÁ MOTTA, Rodrigo Patto. **Em guarda contra o “perigo vermelho”**: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). Tese de Doutorado em História. Universidade de São Paulo (USP). São Paulo: USP, 2000.

SCHMITT, Elaine; WOITOWICZ, Karina Janz. **Mulheres Fazedoras**. 1. ed. Campo Grande - MS: Life, 2019.

SOUZA, Sara Cristina de. Igreja Católica, política e moral durante a Ditadura Militar Brasileira (1964-1985). , Dossiê Religião: 2007.